

Musas choronas

A CPI do Orçamento terminou, mas as carpideiras não se calam.

26 JAN 1994

CHORAM em coro. Segundo elas, fez-se pouco, muito pouco; num mar de tubarões, arpoaram dois badejos e o resto foram sardinhas miúdas; está provada a desmoralização definitiva do Legislativo, tão inepto quanto o Executivo.

NADA disso é verdade. A comissão multipartidária de inquérito criada para investigar as bandalheiras da Comissão Mista de Orçamento cumpriu sua missão e obteve provas suficientes para a cassação dos mandatos dos grandes responsáveis pela malversação de multos milhões de dólares em dinheiro público.

PODEM ter, alguns, carreira política insignificante; em outros, o humor ferino da sociedade identifica traços de insuportável mediocridade. Mas, em matéria de corrupção do Orçamento, são os peixes mais graúdos do aquário, e foram todos devidamente fígados.

IGUALMENTE importante é o fato de que a CPI não fechou porta alguma ao prosseguimento da moralização; bem ao contrário, expressamente declarou o necessário ao dar força à CPI das empreiteiras — ou dos corruptores, como acentuou o relator Roberto Magalhães. A única porta fechada foi a que levava à punição por citação, suspeita gratuita, implicância pessoal ou rancor político. Essa, sim, levava à desmoralização do Congresso.

OLAMENTO monocórdio e irritante das vozes choronas soa como música inspiradora apenas para quem acha que, mais uma vez, é preciso botar o país de pernas para o ar para consertá-lo. O que exige desacreditar o Congresso e a classe política — exatamente quando se inicia o grande concerto, pelo caminho democrático da revisão constitucional.

TALVEZ algumas carpideiras não saibam. Mas, neste momento, elas são as musas do fujimorismo.

Câmara exclui três da lista de suspeitos

BRASÍLIA — A Mesa Diretora da Câmara decidiu ontem retirar o nome dos deputados Pedro Irujo (PMDB-BA), Jorge Tadeu Mudadalen (PMDB-SP) e Jesus Tajra (PFL-PI) da lista de parlamentares que sofreriam novas investigações pela casa, por conta de envolvimento com a máfia do Orçamento. Nos corredores da Câmara, ninguém queria assumir a responsabilidade pela exclusão, anunciada pelo presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE).

Inocêncio atribuiu a exclusão ao relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) e ao vice-presidente da comissão, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), que enviaram cartas à câmara informando que havia erros nos relatórios e que os três seriam inocentes.

Mais tarde, Klein foi até a reunião da mesa Diretora avisar que não estava modificando o relatório, mas dando apenas um depoimento e a exclusão seria de responsabilidade da Mesa.

A noite, depois da reunião de Klein com a Mesa Diretora, o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a decisão havia sido tomada após a leitura dos depoimento dos integrantes da CPI e dos documentos apresentados.